



Estado de Santa Catarina

Município de Pinheiro Preto

1

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º: 014/2019.**

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa/firma individual, autorizado através do Processo nº 299/2018, Licitação n. 126/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### **CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

#### **CONTRATADA:**

Nome: SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ-MF n.º. 76.578.202/0001-87

Endereço: Rod SC 480, Bairro Quedas do Palmital, Chapeco – SC. CEP: 89801-970

Representada por: RENI PERIZZOLO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2018, datado de 10/12/2018 e homologado em data de 15/01/2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Vincula-se o presente Contrato ao edital PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2018 e à proposta da CONTRATADA, parte integrantes deste, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO às normas previstas na Lei Federal Nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de 1.000 litros de combustível tipo Arla 32, 122.000 Litros de Óleo S10 e 115.000 Litros de Óleo Diesel Comum, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2018, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

Pelo Fornecimento do Combustível, a Administração pagará a contratada o valor de:

R\$ 2,72 (dois reais e setenta e dois centavos), por litro combustível tipo arla 32,

R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos), por litro combustível tipo óleo S10;

R\$ 3,28 (três reais e vinte e oito centavos), por litro combustível tipo óleo diesel comum;

§ 1º o pagamento será por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do entrega do documento fiscal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal e do comprovante de entrega, devidamente atestada pelo setor competente.

§ 2º. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.



Estado de Santa Catarina

Município de Pinheiro Preto

§ 3º. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

§ 4º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

§ 5º. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

§ 6º No caso de o combustível ser entregue à granel, o preço contato deverá ser dado posto no parque de máquinas do Município, sem qualquer custo adicional, devendo a empresa instalar, às suas expensas, o filtro e bombas junto ao parque de máquinas do Município, no prazo máximo de cinco dias úteis.

§ 7º Os equipamentos (filtros e bomba) serão CONCEDIDOS ao Município, sem qualquer ônus, pelo prazo de cumprimento do contrato, sendo que no término do contrato a empresa contratada deverá efetuar a retirada, às suas expensas, de tais equipamentos.

§ 8º No caso de compra a granel, a carga deverá vir lacrada e entregue somente após solicitação da administração municipal.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária prevista na Lei de Orçamento de 2019:

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
 Função: 12- Educação  
 Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
 Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
 Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
 Cód. Red. 44 -4.4.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo (convenio Estado/Educação)  
 Unidade Orçamentária: 3- Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
 Função: 12- Educação  
 Subfunção: 361- Ensino Fundamental  
 Programa: 12- Desenvolvimento Educacional  
 Ação: 2032- Manutenção da Atividades do Ensino Fundamental  
 Cód. Red. 43 -4.4.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças  
 Função: 4- Administração  
 Subfunção: 122- Administração Geral  
 Programa: 3- Administração Geral  
 Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
 Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
 Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
 Função: 4- Administração  
 Subfunção: 122-Administração Geral  
 Programa: 2- Gestão Administrativa Superior  
 Ação: 2021- Manutenção da Atividades do Gabinete do Prefeito  
 Cód. Red. 3 - 3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde



Estado de Santa Catarina  
Município de Pinheiro Preto

Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Ação: 2050- MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Cód. Red. 11 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 1- Gabinete do Prefeito  
Função: 8- Assistência Social  
Subfunção: 244-Assistencia Comunitária  
Programa: 6- Assistência a Criança e Adolescente  
Ação: 2068- Manutenção do Conselho Tutelar  
Cód. Red. 5 - 3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 6- Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Subfunção: 782- Transporte Rodoviário  
Programa: 23- Estradas Vicinais  
Ação: 2.42- Manutenção Secretaria de Transporte e Obras  
Cód. Red. 119 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 5- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20- Agricultura  
Subfunção: 606- Extensão Rural  
Programa: 20- Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2040- Manutenção da Atividades de Apoio a Agricultura  
Cód. Red. 82 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 40 Fundo de Assistencial Social  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo de Assistencial Social  
Função: 8- Assistencial Social  
Subfunção: 244- Assistência Comunitária  
Programa: 5- Assistência Social Geral  
Ação: 2063- Manutenção CRAS Recurso PAIF-Serv. De Prot. So  
Cód. Red. 15 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde  
Função: 10- Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 9- Saúde com qualidade  
Recurso: 138 Transferência do SUS/União  
Ação: 2055- Manutenção Piso Fixo de Vigilância em Saúde- PFVS  
Cód. Red. 25 -3.3.90.00.00.00.00

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo  
Unidade Orçamentária: 12- Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Função: 15-Urbanismo  
Subfunção: 452- Serviços Urbanos  
Programa: 29- Desenvolvimento Urbano  
Ação: 2069- Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
Cód. Red. 145 -3.3.90.00.00.00.00

## CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento pelo fornecimento mensal dos serviços licitados será efetuado até o 5º após a entrega do produto, depois de atestada a execução pelo gestor e fiscal do contrato.

**Parágrafo único.** Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, sob pena de ser susgado o pagamento, não incidindo quaisquer acréscimos, até a regularização:

- I - Comprovante de pagamento do FGTS do mês anterior;
- II - Comprovante de pagamento do INSS do mês anterior;



Estado de Santa Catarina

Município de Pinheiro Preto

III - comprovante de recolhimento do ISS do mês anterior, referente execução dos serviços de que trata este contrato;

#### **CLAUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

Este contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA**

O contrato vigorará de sua assinatura até 31/12/2019.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

A CONTRATADA obrigar-se-á a:

I - obedecer às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas deste Contrato, às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos;

II - assumir inteira responsabilidade pelo objeto ora adjudicado;

III - arcar com todas as despesas inerentes a execução do objeto deste Contrato;

IV - arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais;

V - comunicar à Contratante, imediatamente e por escrito, quaisquer anormalidades que verificar no fornecimento do objeto;

VIII - cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato;

IX - dar garantias e manter os prazos ajustados no Edital e firmados na proposta comercial da empresa;

XI - manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

§ 1º A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

§ 2º. Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA, salvo àqueles que a lei expressamente determinar como de responsabilidade do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES**

A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

I - Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento do serviço.

II - Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do contrato, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.



Estado de Santa Catarina

Município de Pinheiro Preto

III - efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA.

IV - Providenciar as inspeções necessárias, através do órgão fiscalizador, com vistas a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato.

V - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

VI - Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DAS ALTERAÇÕES, SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

As alterações deste contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º A CONTRATADA obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos exatos termos autorizados pelo art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 2º. Os acréscimos e/ou supressões não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 3º. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pelo setor de Contratos da Secretaria de Administração do Município de Pinheiro Preto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

I - modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar a execução;

IV - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

##### **12 – DAS PENALIDADES**

12.1 – Se o licitante vencedor descumprir as condições desta licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

12.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para a rescisão, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.



Município de Pinheiro Preto

12.3 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo de cinco dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.4 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na assinatura do contrato, poderá o Município dá-lo por rescindido, obrigando a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

12.5 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

12.6 - Multa de R\$ 500,00 por dia de atraso, limitado a 20% do valor do contrato, e ainda:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.7 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

12.8 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

12.9 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### **12.10 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

12.10.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

12.10.2 Inobservância das especificações acordadas;

12.10.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

12.10.4 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se à empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

§ 1º A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

§ 2º Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, bem como da rescisão do contrato, serão cabíveis recursos administrativos de acordo com o artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**



Estado de Santa Catarina

Município de Pinheiro Preto

O contrato poderá ser rescindido pelo Contratante, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

§ 1º. A CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos produtos entregues.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Os gestores dos contratos serão de responsabilidade dos Secretários de cada pasta, sendo fiscais os seguintes servidores: Raul Beal Partyka para a Secretaria da Educação, Ana Laine Grahl para a Secretaria de Administração e Finanças e Dyeson Friebel para as demais secretarias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Tangará/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais pertinentes à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto, 15 de janeiro de 2019.

PEDRO RABUSKE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CONTRATANTE

CONTRATADA  
SAFRA DIESEL LTDA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF :

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF :